
A IMPOSSÍVEL TEODICÉIA. A CRISE DA FÉ EM DEUS E O PROBLEMA DO MAL

Juan Antonio Estrada

Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Paulinas, 2004,
1 vol., 453 p. ISBN 85-356-1128-2 . (Coleção Espaço Filosófico)

A enigmática experiência do mal e o sofrimento dela resultante desafiam o pensamento humano, particularmente no âmbito da filosofia e da religião. A filosofia busca compreender as razões últimas desse desacerto entranhado no ser. A religião tenta relacioná-lo com a Divindade. Como encontrar um Deus que possa salvar-me? Perguntava Lutero angustiado com o dilema salvação/não-salvação. Se Deus quer mesmo a minha salvação, por que permite o poder do mal em mim e à minha volta? Pergunta o crente. O livro que começamos a revisar reflete seriamente a este respeito.

A Introdução começa tratando do mal como problema filosófico e como problema religioso. A filosofia o divide em mal metafísico, mal físico, mal moral e com base nessa divisão tripartite elabora suas especulações. Sem dispensar o papel do pensamento, a religião vai além, entra nas questões existenciais e tenta dar respostas

mais abrangentes que nem por isso estão isentas de ambigüidades. Isso se aplica às religiões naturais, às religiões positivas e à revelação bíblica. Nesta, a salvação é a contrapartida da discussão em torno do mal, não obstante a ambigüidade na relação do Deus bíblico com o mal. Entre a filosofia e a religião situa-se a teodicéia com sua dupla função: conciliar existência de Deus e existência do mal, defender a existência de Deus contra aqueles que a consideram em contradição com a existência do mal. No término da Introdução são-nos apresentados os quatro tipos de teodicéia. É-nos lembrado também o aparecimento da antropodicéia. Nesta se procura entender o porquê da existência do homem como existência marcada pelo mal.

O primeiro capítulo relaciona mito e mal. O mito vem sendo revalorizado e reconhecido em sua relevância filosófica como algo que em seu caráter simbólico “nos dá o que

pensar”. Ele tenta esclarecer a passagem da inocência à culpa, da possibilidade à facticidade do mal. Existem mitos etiológicos, mitos trágicos e mitos de queda. Jó é considerado um mito à parte. Nele encontramos a imagem de um Deus em quem se pode esperar, apesar do mal. Nesse caso, a experiência do mal exacerba, mas não impede o problema do sentido. A idéia de retribuição começa a aparecer no horizonte e com ela a experiência e a revelação veterotestamentária chegam ao limite.

O capítulo segundo trata do problema do mal na filosofia grega e na filosofia cristã. Depois de algumas observações sobre a razão filosófica e sua relação com o mito, o Autor se volta para o pensamento de alguns filósofos. Platão e Plotino assumem uma postura dualista, o que se mostra na antropologia pessimista do primeiro e na conjugação do otimismo cósmico com o pessimismo ético-religioso do segundo. Aristóteles considera o mal como privação do bem e, no plano ético, o relaciona com a ignorância. Desse modo o mal se reduz à mistura de imperfeição do universo e limitação humana oriunda da ignorância e da vontade. O estoicismo situa o mal dentro da harmonia do universo, eliminando assim seu caráter dramático e considerando-o um elemento da totalidade a ser assumi-

do com neutralidade e naturalidade. A ataraxia é, pois, a atitude ética por excelência. Epicuro contribui com um novo elemento: a contestação do divino. Com isso, a questão levantada por ele vai se tornar paradigmática para o conjunto da teodicéia: não é possível conciliar o mal com a existência de deuses bons e poderosos. Essa tomada de posição repercutirá no monoteísmo judeu-cristão. Na filosofia cristã, Santo Agostinho aparece como figura-chave. O pensamento do bispo de Hipona é uma resposta à gnose e ao maniqueísmo. Ele afirma o mal como privação do bem, a importância do mal histórico e a desorientação da liberdade humana como engendradora do mal. Seguem algumas páginas sobre o pecado original visto sob os seguintes aspectos: o mito adâmico considerado histórico, o problema teológico, a dimensão social do homem e o pecado original, o novo paradigma pós-agostiniano e a idéia da alienação original. “O pecado original alude a uma situação fática que não deve ocorrer, contra a qual se deve lutar e diante da qual o homem é basicamente impotente” (p. 142). Com ele se radicaliza o problema da teodicéia: “Que sentido tem o mal à luz da imagem de Deus e da significação de Cristo?” (p. 142).

A teodicéia teológica chega ao apogeu com Santo Anselmo de Can-

tuária. A ele o Autor dedica o terceiro capítulo. Desenvolvendo uma intelecção da fé sem recurso à autoridade da Escritura e da Tradição, Anselmo reformula a concepção agostiniana do mal e do pecado. Para isso, vai se servir do conceito de *dívida*. Deus é o credor de uma dívida contraída pelo homem, que deve pagá-la, mas não pode dada a infinita diferença entre credor e devedor. A originalidade da contribuição anselmiana encontra-se na especulação em torno do pagamento dessa dívida. Sua especulação, no entanto, desemboca nalgumas aporias como, por exemplo, uma objetividade salvífica que não leva em conta a subjetividade pessoal na relação com Deus, o superdimensionamento da Igreja como única via objetiva de salvação, o peso maior dado à restauração da ordem objetiva e não à conversão do pecador, o obscurecimento da imagem de Deus.

Ainda no terceiro capítulo, o Autor expõe o pensamento de René Girard como instrumento de análise da cristologia anselmiana. Os temas centrais são a religião e seu papel na evolução social e nas relações interpessoais, o fenômeno universal e permanente da violência, a violência desnecessária enquanto raiz do mal moral, a leitura sacrificial da Bíblia, a ambigüidade constitutiva do Antigo e do Novo Testamento, as reinterpret-

tações sacrificais cristãs, a passagem de uma cristologia descendente que acentua o plano salvífico global, predominante no primeiro milênio, para uma cristologia que enfatiza o sacrifício ao Pai como satisfação pela justiça divina, hegemônica no segundo, as graves conseqüências dessa passagem, dentre elas o fortalecimento da imagem sombria de Deus, a ascetização do cristianismo, a desvalorização do humano e do mundano.

O quarto capítulo tem por objeto a teodicéia racionalista da modernidade. Se a cultura ocidental caracteriza-se pela busca de razão, ordem e sistema, Leibniz é uma de suas maiores expressões em sua busca de compreensão do mal, pondo-o em relação com um Deus perfeito em quem se fundamenta a ordem ontológica, gnosiológica e existencial. Sua resposta ao problema do mal consiste na afirmação de que Deus criou o melhor dos mundos possíveis, embora não necessariamente o melhor para os homens. O mal é assimilado, situado e ganha um lugar dentro da ordem criada, caracterizando-se como privação e deficiência. Devemos a Leibniz a divisão do mal em três modalidades: mal metafísico, mal físico, mal moral. A teodicéia de Leibniz contribui para a assimilação do Deus dos cristãos ao Deus dos filósofos em detrimento dos aspectos bíblicos e da “loucura da

cruz”, esta última tão profundamente refletida pela teologia de Lutero.

Pulando alguns séculos, o Autor se volta para o teólogo contemporâneo Andrés Torres Queiruga em quem a obra de Leibniz passa por um reexame. Queiruga propõe uma “ponerologia”, ou seja, um tratado do mal em si mesmo sem apelar para a justificação leibniziana de Deus. O mal é inevitável devido à limitação e à finitude do mundo, devido também à liberdade de criaturas limitadas. A resposta cristã inclui a intuição da anterioridade e superioridade do bem sobre o mal. Inclui ainda a cruz de Cristo como salvação definitiva e a pedagogia de Deus que, no anúncio da cruz, permite ao ser humano viver da esperança final sem abafar a dor. Contudo, o pensamento de Queiruga contém pressupostos não explícitos dos quais emergem dúvidas e que acarretam consequências indesejadas no plano metafísico e aporias no plano teológico.

Hegel une teodicéia e história universal, integrando o mal no saber universal da especulação filosófica, incorporando-o em um plano universal, reconhecendo-lhe uma função e uma significação. É, pois, no processo dialético do Espírito Absoluto que se pode abordar corretamente o problema do mal. Bem e mal fazem parte do processo. As injustiças sofridas pelos indivíduos perdem relevância diante do desenvolvimento macro-estrutural.

Desse modo o sofrimento individual fica sem resposta no plano existencial e a singularidade pessoal fica sem lugar em sua irreducibilidade ao coletivo.

O quinto capítulo estuda o fracasso da teodicéia em Voltaire, Kant e Nietzsche. O terremoto de Lisboa (1/11/1755) contribuiu para a contestação de Voltaire: sem Deus não é possível o bem; com Deus, o mal fica sem explicação. Essa antinomia inicia a passagem de um enfoque especulativo na linha de Leibniz, para um enfoque prático. Kant se preocupa com o mal moral e o redefine. Critica a teodicéia especulativa e se orienta para a antropodicéia. Nesta, bem e mal estão ligados decisivamente à natureza humana. Embora conserve elementos da tradição anterior e reconheça em alguns textos a transcendência da esfera do religioso em relação à moralidade, vê na queda do homem o resultado de seu afastamento do dever por seguir os instintos e não os ditames da razão.

Em antítese a Hegel, Nietzsche defende o indivíduo contra qualquer integração em uma coletividade. Opõe o indivíduo autárquico ao *nós* coletivo. Critica a metafísica e a moral. Faz uma afirmação voluntarista da vida. Anuncia a morte de Deus como condição necessária para a era do homem criador e protagonista na história. Em sua alternativa global à evolução histórica do Ocidente, Nietzsche

acaba por incorporar o sofrimento a uma antropologia naturalista e burguesa, rebaixando-a a mera biologia. Com isso, o mal em sua dupla vertente de injustiça e sofrimento continua a ser um problema. Desdenham-se as questões relativas ao sentido, sem que sejam tratadas com capacidade.

O sexto capítulo refere-se ao século 20, quando a teodicéia/antropodicéia vê-se mais uma vez desafiada. Volta a pergunta teórica e prática pelo porquê do mal. Basta pensar no aparecimento da era pós-metafísica com seus desdobramentos no plano do pensamento e nos totalitarismos com seus crimes monstruosos. Ainda no século 19, Dostoiévski descartara a teodicéia tradicional que afirma a suprema harmonia do mundo, oscilava entre a necessidade de Deus e o ateísmo de protesto, o repúdio ao Criador e a postulação de um Redentor, mas acabara optando por Deus mesmo sem encontrar resposta coerente para suas perguntas e embora continuasse a contestar a criação. Do ponto de vista religioso, o problema do mal permanece aberto. Horkheimer, Camus, Bloch e a filosofia analítica procuram cada qual uma resposta para as questões postas pela teodicéia/antropodicéia. Suas idéias principais referem-se à nostalgia do Outro a tornar digno de fé o homem que espera e luta com base em uma motivação religiosa, à não capitulação diante do mal apesar

das repetidas derrotas na luta contra ele, à incorporação da esperança cristã ao humanismo marxista, ao compromisso solidário motivado por ela, mas sem a dimensão transhistórica do cristianismo, à existência de Deus como hipótese defensável sem que seja possível uma teodicéia capaz de explicar o mal.

Após esse longo percurso através da história do pensamento, Juan Antonio Estrada reconhece o fracasso da teodicéia em seu esforço de justificar o mal no mundo, compatibilizando-o com a existência de um Deus onipotente, onipresente e bom. Se não há como escapar à teodicéia enquanto interpelação e queixa existencial, é preciso reconhecer a impertinência de suas respostas, provenham elas de crentes, de agnósticos ou de ateus. Mas as questões postas pelo mal não permanecem limitadas à filosofia. Desembocam na religião.

E assim chegamos ao sétimo capítulo. Toma agora a palavra o cristão/teólogo. A tradição agostiniana foi o ponto de partida para um retrocesso na imagem cristã de Deus, enquanto outras alternativas como a de Sto. Irineu de Lião não se impuseram. Deu-se uma *rejudaização* do cristianismo fundada não sobre a tradição profética, e sim sobre uma teologia sacerdotal e cultural centrada na majestade divina. O que explica o peso dos aspectos jurídicos, do negativismo moral e da

concepção sacrificial da religião. Segue a reflexão sobre um conjunto de temas tais como o Reino de Deus na pregação de Jesus, a resposta de Jesus ao problema do mal, a intervenção de Deus a inspirar e mobilizar os homens em prol do Reino, as dimensões de libertação em que se cristaliza a salvação, a radicalização e universalização do mal moral por Jesus, a aceitação da vida no que ela possui de bom e de mau em virtude da confiança em Deus, a dimensão social e política da luta contra o mal, a tensão inevitável entre salvação e julgamento, vontade salvífica de Deus e ira divina, misericórdia e justiça, a reinterpretação de inferno e céu, o anúncio da ressurreição e a história de Jesus, sendo essa a base da força de persuasão do cristianismo na história, a fé cristã enquanto capaz de propor um sentido para o mal, mas não de explicar sua origem e finalidade, o caminho aberto por Jesus para a purifi-

cação da imagem de Deus, a revelação de Deus na cruz, o primado do amor não obstante o caráter indispensável da razão, a revelação de Deus e sua recepção por seres humanos limitados. “A vida de Jesus é o núcleo da resposta cristã ao problema do mal, e a ressurreição, sua chancela divina” (p. 409). Não existe justificação racional para o mal, e sim para a validade racional da fé e do compromisso impregnado de esperança a que ela dá origem.

Aqui está um livro da maior atualidade uma vez que expõe um problema desafiador para a razão e angustiante para a existência. Sua leitura é indispensável para professores e estudantes de filosofia e teologia, bem como para quem deseja um pouco de luz para a razão e de firmeza no combate ao tenebroso mistério do mal que atinge todo ser humano nos pequenos fatos do cotidiano e nos grandes acontecimentos da história.

Antonio Alves de Melo

Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana (Roma).
Professor de Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI – Nova Iguaçu, RJ.
E-mail: antomelo@resenet.com.br

Endereço para correspondência
Instituto de Filosofia e de Teologia Paulo VI
Rua Bolívia, 309
Metrópole
26215-250 Nova Iguaçu – RJ